

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de

**Assessor - Área do Direito**

**Classe - R**

Caderno de Prova, Cargo M11, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

## PROVAS OBJETIVAS

Conhecimentos Específicos  
Língua Portuguesa  
Informática

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Abril/2008

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

1. Tendo em vista as peculiaridades referentes à intervenção nos Estados, é correto afirmar que,
- (A) cessados os motivos da intervenção, se as autoridades afastadas estiverem impedidas de voltar às suas funções, o interventor permanece no cargo até nova eleição.
  - (B) são pressupostos formais da intervenção, as defesas da ordem constitucional, do princípio federativo e das finanças estaduais.
  - (C) o ato de intervenção, por sua natureza essencialmente política, submete-se, unicamente, ao controle político, vedado, em qualquer hipótese, o controle jurisdicional.
  - (D) o interventor é figura constitucional e autoridade federal, suas funções, limitadas ao ato de intervenção, são federais, mas também pratica atos de governo estadual.
  - (E) pelos atos praticados na qualidade de interventor, e que possa causar prejuízo a terceiros, a responsabilidade civil será sempre do respectivo Estado membro.

2. No que diz respeito às características dos direitos fundamentais, pode-se afirmar que,
- (A) atualmente, pode aceitar-se, sem reservas, a existência de direitos fundamentais absolutos e relativos, assim como de direitos fundamentais supra-estatais, mas dependendo de positivação interna constitucional.
  - (B) a considerável gama de direitos fundamentais são direitos transferíveis, negociáveis, posto que seu conteúdo é, praticamente, econômico-patrimonial e, portanto, disponíveis.
  - (C) sendo esses direitos sempre exercíveis e exercidos, tem cabimento a existência de uma intercorrência temporal de não exercício, dando causa à sua prescritibilidade.
  - (D) esse tema desenvolveu-se à sombra das concepções do direito positivo, e não de concepções jusnaturalistas dos direitos fundamentais da pessoa.
  - (E) não se renunciam direitos fundamentais, visto que alguns deles podem até não ser executados, pode-se deixar de exercê-los, mas não se admite que sejam renunciados.

3. Nos aspectos concernentes ao direito ao sufrágio, devem ser consideradas suas formas, e nestas, quanto à extensão e quanto à igualdade. Nesses casos, analise:
- I. O sufrágio quando só é conferido a indivíduos qualificados por condição econômica ou de capacidades especiais.
  - II. O sufrágio consiste basicamente em outorgar a determinados eleitores, por circunstância especial, o direito de votar mais de uma vez ou de dispor de mais de um voto para prover um mesmo cargo.
- Essas formas são conhecidas, respectivamente, como sufrágio
- (A) restrito e desigual.
  - (B) capacitário e universal.
  - (C) igualitário e restrito.
  - (D) censitário e igualitário.
  - (E) desigualitário e capacitário.

4. No que se refere aos princípios orçamentários, é certo que o princípio da
- (A) programação diz respeito à relação de equivalência entre o montante das despesas autorizadas e o volume da receita prevista para o exercício.
  - (B) universalidade se completa com a regra do orçamento líquido, ou seja, receitas e despesas com suas deduções.
  - (C) exclusividade deve ser entendido como meio de incluir na lei orçamentária, normas relativas a outros campos jurídicos.
  - (D) unidade orçamentária, na concepção do orçamento-programa, não se preocupa com a unidade documental, tornando-se necessariamente multidocumental.
  - (E) legalidade não se estende aos planos, programas, operações de abertura de crédito, remanejamento de recursos por atos de natureza discricionária.

5. Em matéria de controle de constitucionalidade, em conformidade com o sistema constitucional brasileiro vigente, analise:
- I. O controle repressivo, de regra, é feito pelo Poder Judiciário, porque o Poder Legislativo também pode realizá-lo em certas hipóteses.
  - II. O controle preventivo é atribuição exclusiva do Parlamento porque é realizado pelas comissões de constituição e justiça.
  - III. O controle concentrado é exercido pelo Supremo Tribunal Federal, cuja competência é originária, assim como pelo Senado Federal ao suspender a lei inconstitucional.
  - IV. O controle de constitucionalidade repressivo judiciário é misto, ou seja, é exercido tanto da forma concentrada, quanto da forma difusa.
- Nesses casos, se apresentam corretos APENAS
- (A) I e II.
  - (B) I e IV.
  - (C) III e IV.
  - (D) I, II e III.
  - (E) II, III e IV.

6. No que diz respeito à teoria de organização administrativa, analise:
- I. Repartição de funções entre os vários órgãos de uma mesma Administração.
  - II. Transferência, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, da execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado.
- Os conceitos acima se referem, respectivamente, a
- (A) descentralização por colaboração e desconcentração administrativa.
  - (B) descentralização territorial e descentralização por serviços.
  - (C) auto-administração e descentralização por serviços.
  - (D) desconcentração administrativa e descentralização por colaboração.
  - (E) desconcentração por colaboração e descentralização por serviços.

<p>7. Considerando os princípios fundamentais da administração pública, analise:</p> <p>I. Dever pelo qual o funcionário deve servir à Administração com honestidade, procedendo no exercício de suas funções sempre no intuito de realizar os interesses públicos, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer.</p> <p>II. É resultante dos princípios basilares da legalidade e moralidade, como também é o melhor cumprimento dos fins da administração.</p> <p>As afirmações acima dizem respeito, tecnicamente, ao princípio da</p> <p>(A) probidade administrativa, em ambos os casos.                  (B) impessoalidade e da eficiência, respectivamente.                  (C) legalidade e da finalidade, respectivamente.                  (D) eficiência e probidade administrativa, respectivamente.                  (E) finalidade, em ambos os casos.</p>	<p>10. Assinado no último quadrimestre do último ano da sua gestão contrato com execução prevista para vários exercícios, o Administrador deve</p> <p>(A) quitar a totalidade das despesas realizadas no exercício da assinatura do contrato e inscrever em restos a pagar as parcelas a vencer nos exercícios seguintes.</p> <p>(B) inscrever em restos a pagar no final daquele exercício a totalidade do saldo do contrato, deixando disponibilidade em caixa para o seu pagamento.</p> <p>(C) inscrever em restos a pagar no final daquele exercício a totalidade do saldo do contrato, deixando disponibilidade em caixa para pagamento das despesas realizadas no ano da assinatura do contrato ainda não saldadas.</p> <p>(D) deixar de inscrever em restos a pagar as parcelas não pagas no exercício da assinatura do contrato e bem assim as parcelas futuras, porque findo o seu mandato.</p> <p>(E) inscrever em restos a pagar no final daquele exercício as despesas que sejam da sua competência, deixando disponibilidade em caixa para o respectivo pagamento.</p>
<p>8. Tendo em vista os poderes da administração pública, analise:</p> <p>I. Faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.</p> <p>II. Faculdade de que dispõe a Administração Pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.</p> <p>Os conceitos acima se referem, respectivamente, aos poderes</p> <p>(A) de polícia e regulamentar.                  (B) disciplinar e de polícia.                  (C) discricionário e de polícia.                  (D) hierárquico e arbitrário.                  (E) disciplinar e discricionário.</p>	<p>11. Considere as seguintes assertivas a respeito da sub-rogação:</p> <p>I. A sub-rogação se assemelha a delegação uma vez que provoca a extinção dos assessorios e garantias da dívida, quando não houver estipulação em contrário.</p> <p>II. Na sub-rogação real um bem ocupa a posição jurídica de outro bem, implicando, também, na conseqüente substituição intersubjetiva.</p> <p>III. Na sub-rogação legal o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o devedor.</p> <p>IV. A sub-rogação é convencional quando terceira pessoa empresta ao devedor a quantia precisa para solver a dívida, sob a condição expressa de ficar o mutuante sub-rogado nos direitos do credor satisfeito.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.                  (B) I e II.                  (C) III e IV.                  (D) II, III e IV.                  (E) I e IV.</p>
<p>9. Sobre prescrição em matéria de atos de improbidade administrativa, considere:</p> <p>I. Presença da prescrição da ação de improbidade dez anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.</p> <p>II. Ocorrência da prescrição no mesmo prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.</p> <p>III. Incidência da prescrição cinco anos após a aposentadoria nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.</p> <p>IV. Característica de imprescritibilidade das ações de ressarcimento por danos causados por agente público.</p> <p>V. Prescrição em quinze anos das ações de ressarcimento por danos causados por agente público.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e IV.                  (B) I, III e V.                  (C) II e IV.                  (D) II e V.                  (E) III e V.</p>	

<p>12. João faleceu ontem deixando sua esposa, Maria, cinco filhos e sua mãe, Jaqueline. Considerando que Maria era casada com João em regime de comunhão parcial de bens e que os cinco filhos são comuns do casal, na sucessão legítima caberá a</p> <p>(A) esposa quinhão igual ao dos filhos, não podendo a sua quota ser inferior à metade da herança.</p> <p>(B) esposa quinhão igual ao dos filhos uma vez que Maria não era casada com João em regime de comunhão universal de bens ou separação obrigatória de bens.</p> <p>(C) esposa quinhão igual ao dos filhos, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança.</p> <p>(D) totalidade da herança aos cinco filhos do casal, tendo em vista que, na qualidade de descendentes, são herdeiros legítimos excluindo Maria e Jaqueline.</p> <p>(E) esposa quinhão igual ao dos filhos, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança sendo ressalvado o seu direito de habitação.</p>	<p>15. João reside e é domiciliado em imóvel urbano com 450 metros quadrados do qual não é proprietário e não possui justo título, mas possui este imóvel como seu, por onze anos, sem interrupção. Neste caso João</p> <p>(A) não poderá adquirir a sua propriedade uma vez que, como não possui justo título, o prazo mínimo de posse, sem interrupção, exigido pela lei civil são 15 anos.</p> <p>(B) poderá adquirir a propriedade, por expressa determinação legal.</p> <p>(C) não poderá adquirir a sua propriedade uma vez que, como não possui justo título, o prazo mínimo de posse, sem interrupção, exigido pela lei civil são 20 anos.</p> <p>(D) poderá adquirir a propriedade, desde que comprove a boa fé de sua posse.</p> <p>(E) não poderá adquirir a sua propriedade uma vez que, como o imóvel possui mais de 250 metros quadrados, é exigido pela lei civil o prazo mínimo de 15 anos de posse sem interrupção.</p>
<p>13. De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação a curatela é correto afirmar:</p> <p>(A) Em regra, quando o curador for o cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal, este não será obrigado à prestação de contas.</p> <p>(B) A interdição do pródigo o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos de mera administração.</p> <p>(C) Nos casos em que a interdição for promovida pelo Ministério Público, o juiz não nomeará defensor ao suposto incapaz, uma vez que o próprio Ministério Público será o defensor.</p> <p>(D) A sentença que declara a interdição só produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado, momento em que não estará mais sujeita a recursos.</p> <p>(E) Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o descendente que se demonstrar mais apto, e na falta de descendentes, o pai ou a mãe do interdito.</p>	<p>16. Douglas é caseiro da casa de propriedade de João localizada no Condomínio Azul na cidade das Flores. João está sem pagar as despesas condominiais há cinco meses. O Condomínio Azul está cobrando essas despesas de Douglas. Neste caso, Douglas deverá</p> <p>(A) denunciar à lide e requerer a citação de João no prazo de cinco dias da juntada aos autos do mandado de citação, tendo em vista que, na denunciação à lide não há suspensão do processo.</p> <p>(B) chamar ao processo João no prazo da defesa e se deferido o pedido o processo será suspenso e será determinada a citação de João.</p> <p>(C) denunciar a lide e requerer a citação de João no prazo para contestar, bem como a imediata suspensão do processo.</p> <p>(D) nomear à autoria João no prazo da defesa e se deferido o pedido o processo será suspenso e mandará ouvir Condomínio Azul no prazo de dez dias.</p> <p>(E) nomear à autoria João no prazo da defesa e se deferido o pedido o processo será suspenso e o juiz mandará ouvir o Condomínio Azul no prazo de cinco dias.</p>
<p>14. Considere as seguintes assertivas a respeito da adoção:</p> <p>I. Na adoção póstuma a sentença só produz efeitos a partir do trânsito em julgado.</p> <p>II. O adotante deverá ser pelo menos dezoito anos mais velho que o adotado, por expressa determinação legal.</p> <p>III. Em regra, a adoção depende de consentimento dos pais ou dos representantes legais, de quem se deseja adotar, e da concordância deste, se contar mais de doze anos.</p> <p>IV. Não há necessidade do consentimento do representante legal do menor, se provado que se trata de infante exposto.</p> <p>De acordo com o Código Civil Brasileiro está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>17. João está executando o contrato de locação que fez com Diana, devedora de R\$ 50.000,00. Diana não possui dinheiro em espécie, em depósito ou aplicação em instituição financeira, mas é proprietária de uma sala comercial; de 100 cabeças de gado; de pedras preciosas e de um título da dívida pública da União com cotação em mercado. Neste caso, a penhora dos bens de Diana observará, preferencialmente, a seguinte ordem:</p> <p>(A) título da dívida pública da União, pedras preciosas, cabeças de gado e sala comercial.</p> <p>(B) cabeças de gado, pedras preciosas, sala comercial e título da dívida pública da União.</p> <p>(C) cabeças de gado, sala comercial, pedras preciosas e título da dívida pública da União.</p> <p>(D) sala comercial, cabeças de gado, pedras preciosas e título da dívida pública da União.</p> <p>(E) sala comercial, pedras preciosas, cabeças de gado e título da dívida pública da União.</p>

<p>18. Considere as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público no Processo Civil:</p> <p>I. Compete ao Ministério Público intervir nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural.</p> <p>II. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes</p> <p>III. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.</p> <p>IV. O Ministério Público não será intimado de todos os atos do processo, devendo a sua intimação limitar-se aos atos decisórios ou passíveis de acarretarem prejuízo às partes.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.                  (B) I e II.                  (C) III e IV.                  (D) I e IV.                  (E) I e III.</p>	<p>21. Quando o agente invade domicílio para praticar furto, há concurso aparente de normas entre os delitos de invasão de domicílio e furto. Tal conflito resolve-se pelo princípio da</p> <p>(A) alternatividade.                  (B) especialidade.                  (C) subsidiariedade.                  (D) consunção.                  (E) legalidade.</p> <hr/> <p>22. Um navio brasileiro de propriedade privada naufragou em alto mar e 15 passageiros conseguiram se salvar num barco salva-vidas. Um francês que ocupava o barco salva-vidas matou um espanhol, um brasileiro e um italiano para reduzir o peso da embarcação. O barco seguiu até o porto de Buenos Aires, na Argentina, onde os fatos foram comunicados às autoridades locais. Quanto aos homicídios praticados pelo francês, aplica-se a lei</p> <p>(A) brasileira.                  (B) francesa.                  (C) argentina.                  (D) espanhola.                  (E) italiana.</p>
<p>19. Maria está se separando judicialmente de Ronildo, que, em razão da separação, está dilapidando os bens do casal. Débora está sendo executada judicialmente de uma dívida bancária com o Banco Branco no valor de R\$ 300.000,00 e para tentar frustrar a execução está colocando os seus bens em nome de terceiros. Nesses casos, de acordo com o Código de Processo Civil, Maria e o Banco Branco</p> <p>(A) poderão requerer cautelarmente, respectivamente, o arresto e o seqüestro dos mencionados bens.</p> <p>(B) poderão requerer cautelarmente, respectivamente, o seqüestro e o arresto dos mencionados bens.</p> <p>(C) poderão requerer cautelarmente, o seqüestro dos respectivos bens.</p> <p>(D) poderão requerer cautelarmente, o arresto dos respectivos bens.</p> <p>(E) deverão requerer a intervenção do Ministério Público, não se tratando de hipóteses em que é cabível as cautelares de arresto ou seqüestro.</p>	<p>23. Paulo foi até a casa de Pedro e ministrou-lhe dose letal de veneno, retirando-se, em seguida, do local. Antes de Pedro começar a sentir os efeitos do veneno, o teto do imóvel desabou e Pedro foi atingido por uma viga, vindo a falecer por traumatismo craneano. Nesse caso, Paulo</p> <p>(A) responde por tentativa de homicídio, pois causa superveniente por si só produziu o resultado.</p> <p>(B) responde por homicídio porque deu início à execução desse delito, que veio a se consumar.</p> <p>(C) responde por homicídio porque a causa superveniente encontrava-se na linha de desdobramento da sua conduta.</p> <p>(D) não responde por nenhum delito porque o evento morte ocorreu em decorrência de causa superveniente absolutamente independente.</p> <p>(E) responde por lesões corporais por ter feito Pedro ingerir substância nociva à sua saúde.</p>
<p>20. De acordo com o Código de Processo Civil, o Recurso Adesivo</p> <p>(A) possui regras próprias e distintas do recurso principal quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.</p> <p>(B) é autônomo não havendo subordinação ao recurso principal.</p> <p>(C) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal no prazo de 10 dias.</p> <p>(D) será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.</p> <p>(E) não será conhecido se houver desistência do recurso principal, mas poderá ser conhecido na hipótese do recurso principal ser declarado deserto.</p>	<p>24. Tício agrediu Paulus a golpes de faca para subtrair-lhe dinheiro que trazia nos bolsos da calça. Face à aproximação de terceiros, Tício fugiu do local sem nada roubar, sendo que Paulus veio a falecer em consequência das lesões recebidas. Nesse caso, de acordo com a orientação jurisprudencial dominante, Tício responderá por</p> <p>(A) homicídio qualificado.</p> <p>(B) tentativa de furto em concurso formal com homicídio qualificado.</p> <p>(C) latrocínio consumado.</p> <p>(D) tentativa de roubo em concurso formal com homicídio qualificado.</p> <p>(E) latrocínio tentado.</p>

<p>25. Paulo e Pedro trocaram tiros com a intenção de matar um ao outro. Nenhum dos dois foi baleado, mas uma criança que passava pelo local foi atingida e morta. A perícia comprovou que o projétil que atingiu a criança proveio da arma de Paulo. Nesse caso,</p> <p>(A) Paulo e Pedro responderão por homicídio doloso consumado.</p> <p>(B) Paulo responderá por homicídio doloso consumado e Pedro por tentativa de homicídio.</p> <p>(C) Paulo e Pedro responderão por homicídio culposo.</p> <p>(D) Paulo responderá por homicídio doloso consumado e Pedro por homicídio culposo.</p> <p>(E) Paulo e Pedro responderão por tentativa de homicídio em concurso formal com homicídio culposo.</p>	<p>29. Cabe apelação da decisão que</p> <p>(A) conclui pela incompetência do juízo.</p> <p>(B) rejeita a queixa-crime.</p> <p>(C) pronuncia o réu.</p> <p>(D) concede a reabilitação.</p> <p>(E) absolve o réu sumariamente no procedimento escalonado do Júri.</p>
<p>26. A vítima ou quem tiver qualidade para representá-la poderá ajuizar a ação penal privada subsidiária da pública se o representante do Ministério Público</p> <p>(A) requerer a devolução dos autos à polícia para diligências complementares imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.</p> <p>(B) requerer o arquivamento, contrariando a prova indiciária colhida no inquérito.</p> <p>(C) deixar se escoar sem manifestação o prazo legal para oferecimento de denúncia.</p> <p>(D) suscitar conflito de atribuições a ser dirimido pela Procuradoria-Geral de Justiça.</p> <p>(E) argüir, dentro do prazo legal para oferecimento de denúncia, exceção de litispendência.</p>	<p>30. A nulidade relativa</p> <p>(A) pode ser reconhecida de ofício em prejuízo do réu.</p> <p>(B) é estabelecida para resguardar predominantemente o interesse das partes.</p> <p>(C) visa garantir interesse de ordem pública.</p> <p>(D) é insanável e jamais preclui.</p> <p>(E) independe para o seu reconhecimento da demonstração do prejuízo</p>
<p>27. Considere:</p> <p>I. Conveniência e oportunidade.</p> <p>II. Indesistibilidade;</p> <p>III. Indivisibilidade.</p> <p>IV. Intranscendência.</p> <p>Aplicam-se à ação penal privada exclusiva os princípios indicados APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>31. Dentre outros membros, integram Conselho Nacional do Ministério Público</p> <p>(A) cinco membros do Ministério Público da União, escolhidos pela Associação Nacional do Ministério Público, mediante eleição e pelo voto secreto.</p> <p>(B) os Procuradores-Gerais de Justiça de todos os Estados da Federação e do Distrito Federal.</p> <p>(C) dois juízes estaduais, indicados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado a que pertencerem.</p> <p>(D) dois advogados, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.</p>
<p>28. A regra que possibilita ao juiz, por ocasião da sentença, estando o fato descrito implicitamente na denúncia ou na queixa, dar-lhe qualificação legal diversa, corrigindo a tipificação constante da inicial, denomina-se</p> <p>(A) <i>emendatio libelli</i>.</p> <p>(B) <i>mutatio libelli</i> sem aditamento.</p> <p>(C) <i>mutatio libelli</i> com aditamento.</p> <p>(D) <i>reformatio in melius</i>.</p> <p>(E) <i>reformatio in pejus</i> indireta.</p>	<p>32. Numa ação penal pública incondicionada, o representante do Ministério Público, na fase das alegações finais, manifestou-se pela absolvição do acusado. A sentença acolheu a manifestação ministerial e absolveu o acusado. O representante do Ministério Público entrou em gozo de férias e seu sucessor, intimado da sentença, interpôs recurso de apelação, pleiteando a condenação do acusado nos termos da denúncia. A pretensão recursal</p> <p>(A) é ilegítima, por faltar ao recorrente o interesse processual.</p> <p>(B) viola o princípio da unidade do Ministério Público.</p> <p>(C) contraria o princípio da indivisibilidade do Ministério Público.</p> <p>(D) desrespeita o princípio do promotor natural.</p> <p>(E) é legítima, em razão do princípio da independência funcional.</p>

<p>33. A autonomia administrativa e financeira assegurada ao Ministério Público pela Constituição Federal Brasileira possibilita-lhe, dentre outros atos e funções, a</p> <p>(A) elaboração de suas folhas de pagamento.                  (B) elaboração de seu orçamento.                  (C) criação de seus cargos.                  (D) criação de serviços auxiliares.                  (E) extinção de seus cargos.</p>	<p>37. Com relação aos Crimes contra a Fauna, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.</p> <p>II. Não é crime introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.</p> <p>III. Não comete crime quem fundeia embarcações sobre bancos de moluscos, devidamente demarcados em carta náutica.</p> <p>IV. Não constitui crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.</p> <p>De acordo com a Lei n.º 9.605/98, está INCORRETO o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e IV.                  (B) I e IV.                  (C) I e III.                  (D) II e III.                  (E) I e II.</p>
<p>34. NÃO se inclui dentre as vedações constitucionais impostas aos membros do Ministério Público</p> <p>(A) ser acionista de sociedade comercial de capital aberto.                  (B) receber honorários advocatícios.                  (C) exercer a advocacia.                  (D) receber custas processuais.                  (E) exercer outra função pública, além de uma de magistério.</p>	<p>38. O Princípio de Direito que prevê que <i>todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações</i>, é o</p> <p>(A) da participação comunitária.                  (B) da função socioambiental da propriedade.                  (C) do direito ao desenvolvimento sustentável.                  (D) da cooperação entre os povos.                  (E) da prevenção.</p>
<p>35. Compete, dentre outras atribuições, ao Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) determinar as medidas necessárias à verificação da incapacidade física, mental ou moral dos membros e servidores do Ministério Público.                  (B) determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo para apurar as faltas funcionais dos servidores do Ministério Público.                  (C) aprovar a proposta orçamentária do Ministério Público, elaborada pelo Procurador-Geral de Justiça.                  (D) aprovar anualmente, as escalas de substituição e de férias dos membros do Ministério Público.                  (E) aprovar a concessão de comenda a pessoas que tenham contribuído para o aperfeiçoamento e o aprimoramento da Instituição.</p>	<p>39. Segundo a Lei nº 8.078/90, no que diz respeito à Desconsideração da Personalidade Jurídica é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.</p> <p>(B) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(C) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(D) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.</p> <p>(E) As sociedades coligadas responderão por dolo ou culpa, pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.</p>
<p>36. Segundo a Lei nº 9.433/97, não constitui diretriz geral de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos a</p> <p>(A) gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade.                  (B) prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.                  (C) adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.                  (D) articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.                  (E) integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.</p>	

<p>40. A publicidade discriminatória de qualquer natureza, que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança, é considerada</p> <p>(A) enganosa por comissão.                  (B) enganosa.                  (C) parcialmente enganosa.                  (D) enganosa por omissão.                  (E) abusiva.</p>	<p>43. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar “é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de</p> <p>(A) três membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, vedada a recondução.                  (B) três membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução.                  (C) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, vedada a recondução.                  (D) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.                  (E) seis membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, vedada a recondução.</p>
<p>41. Para fazer uso do telefone celular, Graco optou por contratar os serviços de uma determinada empresa privada, lhe sendo exibido previamente o Contrato para conhecimento e análise de seu conteúdo, cujas cláusulas já tinham sido estabelecidas previa e unilateralmente pela empresa fornecedora, sem que Graco pudesse modificá-las substancialmente em seu conteúdo. Porém, antes de assiná-lo, Graco exigiu a inserção de uma cláusula de sua redação no formulário, dizendo respeito aos elementos essenciais do Contrato, o que foi aceito pela empresa fornecedora sendo manuscrita no formulário já impresso. A natureza desse Contrato é de</p> <p>(A) Apreciação.                  (B) Inserção                  (C) Adesão.                  (D) Leonino.                  (E) Opção.</p>	<p>44. No que diz respeito à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso, é correto afirmar que</p> <p>(A) nas ações cíveis, fundadas nesses interesses, na hipótese de abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.                  (B) para a defesa dos interesses e direitos próprios do idoso, são admissíveis a ação civil pública e a ação mandamental, dotadas de liminar ou antecipação de tutela, mas com exclusão de quaisquer outras espécies de ação.                  (C) não é possível, nesses casos, o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, tendo em vista a independência funcional e a autonomia administrativa.                  (D) os autos de inquérito civil, ou as peças de informação, arquivados, serão remetidos em 5 (cinco) dias ao juiz competente para que sejam apreciados e julgados.                  (E) para instruir a petição inicial, os interessados poderão requisitar dos órgãos públicos e autoridades, as informações necessárias, que devem ser fornecidas no prazo de 5 (cinco) dias.</p>
<p>42. Considere as seguintes assertivas a respeito das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:</p> <p>I. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a três meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, e outros estabelecimentos congêneres.</p> <p>II. A internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mas, em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos.</p> <p>III. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.</p> <p>IV. Na prestação de serviços à comunidade as tarefas deverão ser cumpridas durante jornada máxima de 8 horas diárias e 24 horas semanais, aos sábados, domingos ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III e IV.                  (B) I e II.                  (C) II e IV.                  (D) I e III.                  (E) II e III.</p>	<p>45. De acordo com o Decreto nº 3.298/99, é INCORRETO afirmar que é considerada pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta</p> <p>(A) paralisia cerebral.                  (B) hemiplegia.                  (C) ostomia.                  (D) deformidade estética.                  (E) nanismo.</p> <p>46. De acordo com o Decreto nº 5296/04, para os fins de acessibilidade, os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida, são considerados</p> <p>(A) elemento da urbanização.                  (B) ajuda técnica.                  (C) mobiliário urbano.                  (D) edificações de uso público.                  (E) edificações de uso coletivo.</p>



<p>47. Aprovado o projeto de loteamento urbano, o loteador deve submetê-lo ao Registro Imobiliário dentro do prazo legal. Considerando a necessidade do registro do parcelamento, analise alguns dos documentos a serem apresentados, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos em nome do loteador, pelo período de 5 (cinco) anos;</li> <li>II. certidões negativas de ações reais referente ao imóvel, pelo período de 10 (dez) anos;</li> <li>III. certidões de ações penais contra o loteador, pelo período de 10 (dez) anos;</li> <li>IV. certidões de ações pessoais relativas ao loteador, pelo período de 20 (vinte) anos;</li> <li>V. certidões negativas de impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre as atividades do loteador.</li> </ul> <p>Essa documentação está correta APENAS no que se assinala nos itens</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) III e V.</li> <li>(B) II e V.</li> <li>(C) II e III.</li> <li>(D) I, II e IV.</li> <li>(E) I, III e IV.</li> </ul>	<p>49. No tocante a Sociedade em Nome Coletivo considere as seguintes a assertivas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Pessoas jurídicas podem tomar parte na Sociedade em Nome Coletivo, respondendo, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.</li> <li>II. Sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no ato constitutivo, ou por unânime convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.</li> <li>III. A administração da sociedade compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma, nos limites do contrato, privativo dos que tenham os necessários poderes.</li> <li>IV. O credor particular de sócio não pode, antes de dissolver-se a sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor na hipótese da sociedade ser prorrogada tacitamente.</li> </ul> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I e IV.</li> <li>(B) II e III.</li> <li>(C) II e IV.</li> <li>(D) I e III.</li> <li>(E) III e IV.</li> </ul>
<p>48. No que se refere ao direito de superfície, é INCORRETO afirmar que</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) extinto esse direito, o proprietário recupera o pleno domínio do terreno, bem como as acessões e benfeitorias, independentemente de indenização, salvo se houver estipulação contratual em contrário.</li> <li>(B) esse direito extingue-se pelo advento do termo, como pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.</li> <li>(C) é vedada a transferência desse direito a terceiros, assim como sua transmissão aos herdeiros do superficiário, por ser personalíssimo.</li> <li>(D) em caso de alienação do terreno, o superficiário terá direito de preferência em igualdade de condições à oferta de terceiros.</li> <li>(E) a concessão desse direito poderá ser por tempo determinado ou indeterminado, sendo que a extinção dele será averbada no cartório de registro de imóveis.</li> </ul>	<p>50. NÃO constitui meio de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) a cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente.</li> <li>(B) a constituição de sociedade de propósito genérico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os passivos do devedor.</li> <li>(C) a dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro.</li> <li>(D) a substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos.</li> <li>(E) o trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados.</li> </ul>

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Atenção:** As questões de números 51 a 60 referem-se ao texto que segue.

**Ética de princípios**

As duas éticas: a que brota da contemplação das estrelas perfeitas, imutáveis e mortas, a que os filósofos dão o nome de ética de princípios, e a que brota da contemplação dos jardins imperfeitos e mutáveis, mas vivos – a que os filósofos dão o nome de ética contextual.

Os jardineiros não olham para as estrelas. Eles nada sabem sobre as estrelas que alguns dizem já ter visto por revelação dos deuses. Como os homens comuns não vêem essas estrelas, eles têm de acreditar na palavra dos que dizem já as ter visto longe, muito longe... Os jardineiros só acreditam no que seus olhos vêem. Pensam a partir da experiência: pegam a terra com as mãos e a cheiram.

Vou aplicar a metáfora a uma situação concreta. A mulher está com câncer em estado avançado. É certo que ela morrerá. Ela suspeita disso e tem medo. O médico vai visitá-la. Olhando, do fundo do seu medo, no fundo dos olhos do médico, ela pergunta: “Doutor, será que eu escapo desta?”

Está configurada uma situação ética. Que é que o médico vai dizer?

Se o médico for adepto da ética estelar de princípios, a resposta será simples: “Não, a senhora não escapará desta. A senhora vai morrer.” Respondeu segundo um princípio invariável para todas as situações. A lealdade a um princípio o livra de um pensamento perturbador: o que a verdade irá fazer com o corpo e a alma daquela mulher? O princípio, sendo absoluto, não leva em consideração o potencial destruidor da verdade.

Mas, se for um jardineiro, ele não se lembrará de nenhum princípio. Ele só pensará nos olhos suplicantes daquela mulher. Pensará que a sua palavra terá que produzir a bondade. E ele se perguntará: “Que palavra eu posso dizer que, não sendo um engano (a senhora breve estará curada...), cuidará da mulher como se a palavra fosse um colo que acolhe uma criança?” E ele dirá: “Você me faz essa pergunta porque você está com medo de morrer. Também tenho medo de morrer...” Aí, então, os dois conversarão longamente – como se estivessem de mãos dadas – sobre a morte que os dois haverão de enfrentar. Como sugeriu o apóstolo Paulo, a verdade está subordinada à bondade.

Pela ética de princípios, o uso da camisinha, a pesquisa das células-tronco, o aborto de fetos sem cérebro, o divórcio, a eutanásia são questões resolvidas que não requerem decisões: os princípios universais os proíbem. Mas a ética contextual nos obriga a fazer perguntas sobre o bem ou mal que uma ação irá criar. O uso da camisinha contribui para diminuir a incidência da Aids? As pesquisas com células-tronco contribuem para trazer a

cura para uma infinidade de doenças? O aborto de um feto sem cérebro contribuirá para diminuir a dor de uma mulher? O divórcio contribuirá para que homens e mulheres possam recomeçar suas vidas afetivas? A eutanásia pode ser o único caminho para libertar uma pessoa da dor que não a deixará?

Duas éticas. A única pergunta a se fazer é: “Qual delas está mais a serviço do amor?”

(Rubem Alves, **Folha de S. Paulo**, 04/03/2008)

51. Ao tratar das duas éticas, o autor
- (A) considera-as complementares entre si e as julga com plena isenção.
  - (B) aponta fatores de uma sutil divergência entre elas e os classifica.
  - (C) julga-as convergentes e demonstra esse fato por meio de uma metáfora.
  - (D) opõe-nas a partir dos distintos compromissos de cada uma.
  - (E) aponta drásticas divergências entre elas e propõe um modo de conciliá-las.
- 
52. Considere as seguintes afirmações:
- I. Na figuração da frase *os jardineiros não olham para as estrelas*, a palavra sublinhada é uma metáfora dos princípios absolutos.
  - II. A diferença básica entre a *ética de princípios* e a *ética contextual* está no fato de que a primeira não tem aplicabilidade possível.
  - III. A frase *a verdade está subordinada à bondade* foi citada como contraposição a um princípio da *ética estelar*.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
- 
53. Considerando-se o conjunto do texto, é correto inferir que o autor
- (A) espera que o leitor responda afirmativamente a cada uma das perguntas formuladas no penúltimo parágrafo.
  - (B) deseja provocar em nós o mesmo dilema que o transtorna a cada vez que se coloca diante da questão com que encerra o texto.
  - (C) demonstra intolerância com quem costuma relativizar um princípio ético no contexto de uma dada situação.
  - (D) admite que só o sistema dos princípios absolutos constitui uma ética verdadeira, ainda que longe do nosso alcance.
  - (E) alimenta a convicção de que os filósofos e os santos desconhecem a ética dos jardineiros.

<p>54. Considerando-se o contexto, há um aspecto <b>causal</b> no segmento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Os jardineiros <u>só acreditam</u> no que seus olhos vêem.</p> <p>(B) <u>Como sugeriu</u> o apóstolo Paulo, a verdade está subordinada à bondade.</p> <p>(C) Mas, se for um jardineiro, <u>ele não se lembrará</u> de nenhum princípio.</p> <p>(D) Mas a ética contextual nos obriga <u>a fazer perguntas</u> sobre o bem ou o mal que uma ação irá criar.</p> <p>(E) O princípio, <u>sendo absoluto</u>, não leva em consideração o potencial destruidor da verdade.</p>	<p>57. <b>Há falta de correlação</b> entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Se o médico fosse um adepto da ética estelar de princípios, a resposta seria simples, ele não teria que decidir ou escolher.</p> <p>(B) Como os homens comuns não viam essas estrelas, eles terão de acreditar nas palavras dos que diziam que as têm visto longe, muito longe.</p> <p>(C) Se ele fosse um jardineiro, não lhe viria a ocorrer nenhum princípio, e sua resposta haveria de ser simples.</p> <p>(D) A lealdade ao rígido princípio livrou-o da preocupação com o que a dureza da verdade poderia fazer com o corpo e a alma daquela mulher.</p> <p>(E) Nesse caso, os dois conversariam longamente, como se de mãos dadas, sobre o medo da morte, que nos assalta a todos.</p>
<p>55. Todas as formas verbais estão corretamente empregadas e flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se alguém for um adepto da ética estelar e lhe convir repudiar a máxima do apóstolo Paulo, não hesitará em dizer a verdade que dói.</p> <p>(B) A lealdade a um princípio poderá nos livrar de pensamentos perturbadores, se sobrepormos a verdade à bondade.</p> <p>(C) Mesmo as questões que requiserem uma escolha penosa levarão os adeptos da ética de princípios a responder sem hesitação.</p> <p>(D) O estágio atual das pesquisas com células-tronco constitui, mais que uma esperança, a certeza de sucesso em inúmeras terapias.</p> <p>(E) As angústias que sobrevêm à declaração de uma verdade impiedosa não incomodam os adeptos da ética de princípios.</p>	<p>58. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado tem sentido equivalente ao do elemento em negrito no seguinte caso:</p> <p>(A) <u>a que os filósofos dão o nome de ética contextual</u> (1º parágrafo) = <b>a cuja</b>.</p> <p>(B) <u>Como</u> os homens comuns não vêem essas estrelas (2º parágrafo) = <b>conquanto</b>.</p> <p>(C) Que palavra eu posso dizer que, <u>não sendo</u> um engano (6º parágrafo) = <b>ainda que não seja</b>.</p> <p>(D) <u>Aí, então</u>, os dois conversarão longamente (6º parágrafo) = <b>Em seguida</b>.</p> <p>(E) a ética contextual nos obriga a fazer perguntas sobre o bem ou mal <u>que</u> uma ação irá criar (7º parágrafo) = <b>onde</b>.</p>
<p>56. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) A escolha entre dois sistemas éticos, por vezes atuantes na mesma pessoa, costumam caracterizar um genuíno dilema moral.</p> <p>(B) Há perguntas a que só se devem responder levando-se em conta que as verdades precisam subordinar-se à bondade.</p> <p>(C) Não cabe aos médicos adeptos da ética contextual a produção de consolos mentirosos, mas o oferecimento de um apoio verdadeiro.</p> <p>(D) Atribuem-se às estrelas perfeitas, imutáveis e mortas a propriedade de figurarem os valores éticos que se julgam absolutos.</p> <p>(E) Costumam haver nos jardins imperfeitos e imutáveis mais inspiração para a ética dos jardineiros do que para os adeptos da ética de princípios.</p>	<p>59. Ambos os elementos sublinhados desempenham a função de <b>sujeito</b> no seguinte caso:</p> <p>(A) <u>Eles nada sabem sobre as estrelas</u> <u>que alguns dizem já ter visto por revelação dos deuses</u>.</p> <p>(B) <u>É certo</u> <u>que ela morrerá</u>. <u>Ela suspeita disso e tem medo</u>.</p> <p>(C) <u>Como sugeriu o apóstolo Paulo, a verdade</u> <u>está subordinada à bondade</u>.</p> <p>(D) <u>E ele dirá: “Você me faz essa pergunta porque você está com medo de morrer”</u>.</p> <p>(E) <u>Está configurada uma situação ética</u>. <u>Que é que o médico vai dizer?</u></p> <p>60. <b>NÃO</b> admite transposição para a voz passiva a frase:</p> <p>(A) Os adeptos da ética de princípios não se queixam da distância das estrelas.</p> <p>(B) O uso da camisinha contribui para diminuir a propagação da Aids.</p> <p>(C) Essa é a única pergunta que o médico fará.</p> <p>(D) Ele não desviará os seus dos olhos suplicantes daquela mulher.</p> <p>(E) Vou aplicar a metáfora a uma situação do nosso cotidiano.</p>

**Atenção:** As questões de números 61 a 70 referem-se ao texto que segue.

**Coisas vagas**

*Uma carta de P. V., queixando-se de que ainda não respondi à sua interpelação.*

*Também, amigo P. V., as suas perguntas versam assuntos tão vagos, tão difíceis de responder: poesia e outras coisas afins... A culpa é um tanto minha, que quase unicamente de tais coisas trato nestas páginas, as quais – da mesma forma que mestre João Ribeiro deu a um livro seu o subtítulo de “crônica de vários assuntos” – bem poderiam denominar-se “crônicas de vago assunto”.*

*Ah, nem queira saber como eu invejo um amigo médico que tenho e que recebe cartas assim:*

*“Como posso ter certeza de que vou ter um bebê? Quais são os primeiros sinais de gravidez?”*

*Isso sim, que é pergunta precisa, sobre assunto urgente, e que traz logo uma resposta exata, definitiva, única.*

*Mas poesia é coisa que não se explica: sente-se ou não se sente...*

*P. S. – Se não quiser sentar-se, pior para você, amigo P. V.*

*Mas, para que não se diga que só me interessam coisas vagas, eis aqui uma notícia que acabo de ler num dos últimos números d’ **O Cruzeiro**, na seção “O impossível acontece”:*

*“Robert Tucker, de Boston, processado por dar álcool a beber a seu filho, de três anos de idade, em vez de leite, foi absolvido porque as leis do Estado de Massachusetts proibem ministrar álcool a menores, mas somente entre os sete e os dezessete anos.”*

*Está vendo? Quando a lei é só a lei, inteiramente ao pé da letra, o espírito da justiça fica uma coisa tão vaga...*

(Adaptado de Mário Quintana, **Na volta da esquina**)

61. Considere as seguintes afirmações:
- I. A imprecisão no manejo das palavras é uma característica própria da linguagem literária.
  - II. Há questões tão objetivas que podem ser respondidas de modo a não gerar qualquer hesitação ou controvérsia.
  - III. A aplicação das leis só é justa e rigorosa quando se prende ao sentido literal do texto em que se formulam.
- Em sua crônica, Mário Quintana sustenta o que está afirmado APENAS em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.

62. Considerando-se o contexto em que se inscreve o **post-scriptum** de sua crônica em forma de carta, o autor explora um efeito de bem humorada ambigüidade valendo-se de
- (A) dois modos de um mesmo verbo.
  - (B) duas formas verbais anômalas.
  - (C) formas homônimas de verbos distintos.
  - (D) antonímia entre duas formas verbais.
  - (E) sinonímia entre duas formas verbais.

63. A notícia transcrita da revista **O Cruzeiro** ilustra o fato de que, por vezes, num texto legal,
- (A) há impreviões que impedem uma justa condenação.
  - (B) a excessiva maleabilidade da lei torna injusta a aplicação de uma pena.
  - (C) o alcance da lei pode ser excessivamente abrangente.
  - (D) imputa-se o dolo até mesmo a quem age irrefletidamente.
  - (E) relevam-se as contravenções que ocorrem amiúde.

64. A expressão **com que** preenche corretamente a lacuna da frase:
- (A) Não foi discriminada, na notícia, a bebida alcoólica ..... o pai serviu ao filho.
  - (B) O espírito da lei, ..... os juristas invocam para legitimar os códigos, nem sempre resulta preservado.
  - (C) Os assuntos da poesia, ..... Mário Quintana diz ter insegurança para comentar, na verdade lhe são bem familiares.
  - (D) A despeito da abrangência ..... se pretende emprestar a uma lei, ela pode acabar tendo um alcance restrito.
  - (E) O bom humor ..... o cronista resolveu conduzir seu texto encontra-se também em grande parte de seus poemas.

<p>65. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) O poeta assegura de que sente inveja de um médico, amigo seu, cujas cartas ele não têm dificuldade em responder pela objetividade das perguntas.</p> <p>(B) O caso de Boston, relatado em <b>O Cruzeiro</b>, ainda que possa ser lido com espírito cômico não deixa de assomar, entretanto, um fato digno de ser conster-nado.</p> <p>(C) Depreende-se do texto que o autor considera os assuntos atinentes à poesia menos urgentes, menos precisos e menos definitivos que os circunscritos à área científica.</p> <p>(D) No subtítulo do livro de João Ribeiro, torna-se corre-to, posto que inusual, o emprego da forma singular <i>vário</i> como sendo equivalente ao pluralismo da mesma.</p> <p>(E) O título “crônicas de vago assunto”, segundo Mário Quintana, se imbuído às páginas que costuma pu-blicar, não deixariam de expor o teor que de fato elas assumem.</p>	<p>68. Estão inteiramente adequados o emprego e a forma de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Ao interpelado P.V. Mário Quintana preferiu, ao em vez de responder, tergiverçar, já que o assunto era a insondável poesia.</p> <p>(B) Respostas prontas e insolvismáveis são próprias de quem se arrouga certezas, o que não é o caso de Mário Quintana.</p> <p>(C) Procrastinou-se a absolvição de Robert Tucker em face de um entendimento <i>ipsis litteris</i>, que ia de en-contro ao texto legal.</p> <p>(D) Ao tratar de poesia, Mário Quintana não se vale de definições <i>ex cathedra</i>: prefere o humilde tasteio de quem tão-somente investiga.</p> <p>(E) Terá havido mal acompanhamento do processo de Robert Tucker, caso contrário ele não seria imputado como inocente.</p>
<p>66. <i>A culpa é um tanto minha, que quase unicamente de tais coisas trato nestas páginas (...)</i></p> <p>Atentando-se para a correção da linguagem e a preser-vação do sentido, uma nova redação da frase acima pode ser:</p> <p>(A) É minha um pouco da culpa, posto que são coisas quase únicas de que cuido nestas páginas.</p> <p>(B) Sendo estas as coisas de que quase exclusiva-mente referem-se estas páginas, é minha parte da culpa.</p> <p>(C) Assumo parte da culpa, haja visto que são coisas que quase só eu exploro nestas páginas.</p> <p>(D) Como são essas, praticamente, as únicas coisas de que cuido nestas páginas, parte da culpa é mi-nha.</p> <p>(E) Um pouco é culpa minha, sendo que quase só des-sas coisas são tratadas nestas páginas.</p>	<p>69. Está inteiramente correta a seguinte construção:</p> <p>(A) Se não quiserdes sentar-vos, permaneçei em pé.</p> <p>(B) Sente-se, se quiseres, ou permaneça em pé.</p> <p>(C) Vossa Senhoria podereis sentar-vos, ou preferis per-manecer em pé?</p> <p>(D) Senta-te, se prefere, ou permanece em pé.</p> <p>(E) Sentar-te-eis ou permanecereis em pé?</p>
<p>67. Está plenamente adequada a pontuação em:</p> <p>(A) O amigo médico do escritor recebe cartas em que, por exemplo: uma mulher lhe pergunta como ter certeza de que está grávida?</p> <p>(B) A poesia, afirma Mário Quintana, propicia especu-lações vagas, tais como a que lhe propôs, recente-mente, numa carta, um tal de P.V.</p> <p>(C) A notícia da revista <b>O Cruzeiro</b> de que se valeu o autor, ilustra bem um caso algo bizarro mas não tão incomum, de exploração das brechas da lei.</p> <p>(D) Apesar de afirmar que, a poesia, por sua natureza, não permite explicações, Mário Quintana aqui e ali, trata dos mistérios poéticos.</p> <p>(E) Na frase “O impossível acontece”, formula-se o para-doxo, de se pontuar a evidência de um fato, dado como inteiramente inadmissível.</p>	<p>70. Está empregado em sentido <b>conotativo</b> o elemento su-blinhado em:</p> <p>(A) As leis de Massachusetts proíbem <u>ministrar</u> álcool a menores entre os sete e os dezessete anos.</p> <p>(B) Pode <u>causar espécie</u> a circunstância em que se deu a absolvição de Robert Tucker.</p> <p>(C) Mário Quintana julga muito vagas as perguntas que <u>versam</u> assuntos como a poesia e afins.</p> <p>(D) O poeta sente, por vezes, inveja da <u>presteza</u> com que um cientista pode responder a certas pergun-tas.</p> <p>(E) É no <u>reino</u> da poesia que um poeta se sente à vontade, ainda quando não encontre explicações para o fenômeno poético.</p>

**INFORMÁTICA**

71. Os programas abertos automaticamente pelo sistema operacional Windows XP, atalhos temporários, o relógio, entre outros, são apresentados
- (A) no menu iniciar.
  - (B) no painel de controle.
  - (C) na área de trabalho.
  - (D) na área de notificação.
  - (E) na barra de inicialização rápida.

72. NÃO é uma forma de organizar janelas ativas na área de trabalho do Windows XP:
- (A) Janela maximizada.
  - (B) Janela minimizada.
  - (C) Janelas em cascata.
  - (D) Janelas lado a lado verticalmente.
  - (E) Janelas lado a lado horizontalmente.

73. A posição de uma imagem inserida no texto principal de um documento *Word*, que se comporta como se fosse um caractere dentro do texto, é ajustada por meio da caixa de diálogo Formatar Figura, selecionando-se na guia *Layout* o tipo de disposição
- (A) Atrás.
  - (B) Em frente.
  - (C) Comprimido.
  - (D) Quadrado.
  - (E) Alinhado.

74. Para selecionar um parágrafo de um documento *Word* por meio do mouse pode-se clicar
- (A) duas vezes sobre o parágrafo ou uma vez à esquerda do parágrafo.
  - (B) duas vezes sobre o parágrafo ou três vezes à esquerda do parágrafo.
  - (C) três vezes sobre o parágrafo ou uma vez à esquerda do parágrafo.
  - (D) três vezes sobre o parágrafo ou duas vezes à esquerda do parágrafo.
  - (E) três vezes sobre o parágrafo ou três vezes à esquerda do parágrafo.

75. Dada a fórmula =A1+B2+C3 contida na célula D4 de uma planilha *Excel*, se movida pela alça de preenchimento para a célula E4 resultará nesta última a fórmula
- (A) =A1+B2+C3
  - (B) =A2+B3+C4
  - (C) =B1+C2+D3
  - (D) =B2+C3+D4
  - (E) =B4+C4+D4

76. O cabeçalho e o rodapé de uma planilha *Excel* podem ser personalizados em
- (A) três seções cada um, seções esquerda, central e direita.
  - (B) duas seções cada um, seções esquerda e direita.
  - (C) três seções no cabeçalho e duas seções no rodapé.
  - (D) duas seções no cabeçalho e uma seção no rodapé.
  - (E) uma única seção cada um.

77. As informações sobre o modelo de estrutura aplicado numa apresentação *PowerPoint* são armazenadas
- (A) no painel de tarefas.
  - (B) no *slide* mestre.
  - (C) no *layout* de conteúdo.
  - (D) na estrutura de *slide*.
  - (E) na galeria de modelos.

78. Uma apresentação em *PowerPoint* pode conter efeitos dentro dos *slides*, entre outros, do tipo esquema de animação
- (A) pincelar com sublinhado.
  - (B) corte horizontal para dentro.
  - (C) girar em sentido horário.
  - (D) cobrir para a direita.
  - (E) pente vertical.

79. O dispositivo cuja principal função é possibilitar a conexão entre redes de computadores similares denomina-se
- (A) *hub*.
  - (B) *switch*.
  - (C) *gateway*.
  - (D) *router*.
  - (E) *bridge*.

80. Considere:
- I. VPN é uma tecnologia que usa a *Internet* pública para um *link* privado de comunicação de dados.
  - II. Fazer um *spam* significa enviar uma mensagem para atacar o computador de outra pessoa.
  - III. SSL é um protocolo de segurança que criptografa informações pessoais que trafegam na *Internet*.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) II e III, apenas.